

ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO POLARIZADO E
SUA RELAÇÃO COM (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO
SUL-MATO-GROSSENSE: UMA ANÁLISE DA
TENDENCIA À CONCENTRAÇÃO

STRATEGIES OF GROWTH POLARIZED AND ITS
RELATION WITH REPRODUCTION OF SPACE
SUL-MATO-GROSSENSE: AN ANALYSIS OF THE
TREND TO THE CONCENTRATION

ESTRATEGIAS DEL CRECIMIENTO POLARIZADA Y
DE SU RELACIÓN CON LA REPRODUCCIÓN DEL
ESPACIO SUL-MATO-GROSSENSE: ANÁLISIS DE LA
TENDENCIA A LA CONCENTRACIÓN

Roberson da Rocha Buscioli

*Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade
Federal da Grande Dourados (UFGD) / Bolsista Fundação de Apoio ao
Desenvolvimento do Ensino Ciência e Tecnologia de Estado de Mato Grosso
do Sul.*

E-mail: buscioli@uol.com.br

Adauto de Oliveira Souza

Doutor em Geografia Professor da UFGD.

E-mail: adauto.souza@ufgd.edu.br.

Resumo: A identificação da lógica de ocupação e planejamento vigentes em Mato Grosso do Sul constitui um dos pilares metodológicos desse projeto, observando que essa lógica resultará numa relação particular entre o papel designado ao Estado, sua localização geográfica e a disponibilidade de fatores produtivos. Tal relação pressupõe a definição das especificidades da participação desse território na divisão social do trabalho. Essas hipóteses constituem elementos importantes na construção desse projeto, cujo objetivo centra-se em identificar os modelos de crescimentos econômicos relacionando-os com o processo de (re)produção do espaço no Mato Grosso do Sul no contexto histórico e das políticas de desenvolvimento implementadas pela SUDECO.

Palavras-chave: planejamento; crescimento econômico; polarização; concentração; (re)produção do espaço.

Abstract: The identification of the logic of effective occupation and planning in Mato Grosso do Sul constitutes one of them methodological pillars of this project, observing that this logic will result in a particular relation enters the appointed paper to the State, its geographic localization and the availability of productive factors. Such relation estimates the definition of the specifics of the participation of this territory in the social division of the work. These estimated constitute important elements in the construction of this project, whose objective is centered in identifying (s) the model (s) of growth (s) economic (s) relating it (s) with the process of (re) production of the space in the Mato Grosso do Sul in the historical context and of the politics of development implemented by the SUDECO.

Keywords: Planning; Economic growth; Polarization; Concentration; reproduction of the space.

Resumen: La identificación de la lógica de ocupación eficaz y del planeamiento en Mato Grosso do Sul constituye uno de los pilares metodológicos de este trabajo, observando que esta lógica dará lugar a una relación particular entra en el papel designado al Estado, a su localización geográfica y a la disponibilidad de factores productivos. Tal relación estima la definición de los especificidades de la participación de este territorio en la división social del trabajo. Estas hipótesis constituyen elementos importantes en la construcción de este trabajo, que lo objetivo se centra en identificar los modelos del crecimientos econômicos y relacionarlos con el proceso de la reproducción del espacio microregional en el Mato Grosso do Sul en el contexto histórico y de la política del desarrollo puso en ejecución por el SUDECO.

Palabras clave: planeamiento; desarrollo económico; polarización; concentración; reproducción del espacio.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante da pesquisa desenvolvida para elaboração da dissertação proposta ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD - tem como objetivo identificar as diretrizes teóricas e metodológicas que legitimaram a atuação do Estado dentro da conjuntura desenvolvimentista, particularmente os princípios teóricos que determinaram a lógica de (re)produção do capital,

como também seus desdobramentos na (re)produção do espaço sul-mato-grossense.

A dinâmica sul-mato-grossense, tanto a econômico quanto a social e espacial, tem ocorrido sob a influência dos sequenciais ciclos de ascensão e depressão do capitalismo, devido à influência direta desses ciclos na economia nacional. Percebido como um território propício ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, o Mato grosso do Sul teve sua estrutura econômica formada em função destas atividades.

Com a descentralização da indústria nacional para as regiões periféricas do país Mato Grosso do Sul contemplou seu processo de industrialização, com a entrada de grandes empresas de capital nacional e estrangeiro, assim como maciços investimentos do governo em infra-estrutura.

Todavia, este processo apresentou-se fortemente dependente do setor primário, considerando que o setor secundário estadual é predominantemente agroindustrial. Como também, mostrou-se concentrador, Finalmente, esse conjunto de fatores trouxe alterações importantes na composição do Produto Interno Bruto (PIB), na situação domiciliar dos residentes – entre situação rural e urbana – nos indicadores sociais entre tantos outros.

Com base nesses fatores, este artigo tem como objetivo explicitar os condicionantes do processo desenvolvimentista e seus desdobramentos no espaço sul-mato-grossense, e conseqüentemente os fatores que levaram ao agravamento das desigualdades intra-regionais.

DESENVOLVIMENTISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Primeiramente, gostaríamos de apontar algumas considerações preliminares para o estudo do espaço sul-mato-grossense, como a localização geográfica desse espaço, a disponibilidade de fatores produtivos e sua relação com o mercado nacional e internacional, como também, a atuação do Estado, pois historicamente é a combinação diferenciada dessas variantes e seus desdobramentos sobre o território que resultam nas especificidades de tal espaço.

Nesse sentido podemos dialogar com Santos (2005, p. 24).

Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história

da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial.

Consideremos ainda o apresentado por Santos (2005, p. 24 e 34), “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial [...] o espaço ele mesmo é social [...] o espaço é a matéria trabalhada por excelência”. Para o autor, nenhum outro objeto tem tamanha importância no cotidiano do humano como o espaço, pois é nele que um dado mecanismo socioeconômico se instituirá.

Pereira (2005, p.03), argumenta que:

As diferentes manifestações concretas decorrem, portanto, da diversidade dos espaços geográficos e históricos, o que significa dizer que, ao lado das explicações ligadas ao aspecto histórico, há que se considerar a realidade geográfica como co-responsável [...] pelas formações econômico-sociais [...] essa realidade geográfica representa o suporte sobre o qual têm início novas formações e, ao mesmo tempo, explica as dinâmicas regionais que elas assumem [...] elas representam o resultado de múltiplas combinações de elementos naturais e humanos.

Aprender o espaço é compreender a dialética das ações humanas sobre o espaço, sem cair no erro de percebê-lo como um receptáculo dessas ações, mas considerando-o um espaço ativo que devido a suas especificidades interfere dialeticamente nas ações humanas sobre ele.

Sem a pretensão de supor que as ações humanas objetivam apenas um viés economicista, entendemos que o modo de produção capitalista define a ordem de (re)produção do espaço, refletindo como se fosse a imagem espelhada da própria acumulação capitalista, concentradora e excludente.

Como apresenta Harvey (2005, p. 193):

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades de inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfica desigual, o capitalismo, há tempo, teria deixado de funcionar como um sistema econômico e político.

São diversos os mecanismos sobre os quais o capitalismo se apóia para criar novas oportunidades de acumulação, Harvey (2005, p. 48) aponta alguns, dos quais nos interessa um especificamente:

A expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial”.

A constante atuação do Estado na economia, e nesse processo de expansão geográfica tem sido amplamente analisada, dada a sua importância e as influências que exerce nas (re)produções do capital e do espaço.

Contudo, nos limites desse trabalho não discutiremos as teorias do e sobre o Estado, todavia, julgamos importante esclarecer a nossa concepção acerca dessa categoria. “O Estado não é simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes”. Poulantzas (1990, p.130). Significa dizer que, em todas as suas intervenções, haverá uma tensão permanente entre os interesses do capital hegemônico, e o interesse das frações secundárias do capital, entre as necessidades de integrações e as exigências contraditórias resultantes do caráter de classe da estrutura social.

Podemos inferir, com Meszáros (2002), que o capitalismo seria uma das formas de realização do capital, uma variante histórica, arquitetada na atuação de três agentes – capital, trabalho e Estado. O capital, que tanto antecede quanto precede o capitalismo, tem seu sociometabolismo constituído nesse tripé.

Para o autor o Estado seria a materialidade de um sistema de garantia de reprodução do capital, sendo o Estado moderno inconcebível sem o capital, e o capital complementa-se pelo Estado. Do exposto, apontamos para a necessidade de uma análise mais profunda sobre o papel do Estado na sua relação com o capitalismo.

Conforme apontado por Kurz (1998), mesmo nas economias planificadas sempre houve a presença do mercado, como também nas economias de mercado sempre houve a presença do Estado, aqui cabe ressaltar que para o autor, existiria uma “lei da quota crescente do Estado” pode-se pensar então na inexistência de um Estado mínimo.

Nas palavras de Lefebvre (1976, p.3):

O Estado intervém de maneiras múltiplas e cada vez mais específicas, eficazes e diferentes, nesses processos. Ele (seus homens) tenta, com ou sem planificação autoritária, regularizar as relações que resultam do caráter desigual do crescimento, das saturações e superposições e conflitos diversos que dele resultam.

As diversas características que o Estado adquire - hora mais, hora menos atuante, hora maior outrora menor - se darão por conta de respostas a momentos cíclicos do capitalismo nos centros dinâmicos. Compreende-se então que o capitalismo tem leis específicas de crescimento¹, sob as quais em determinados momentos o Estado é convocado a participar ativamente, regulando irregularidades desses movimentos cíclicos.

Esses movimentos de (re)produção do capital dentro do capitalismo central por sua vez refletirão em áreas periféricas. O exemplo disso é o Brasil, que devido sua relação periférica com o capitalismo central, ira engendrar seus movimentos econômicos como respostas a esses fluxos e refluxos do capitalismo central.

Nas palavras de Rangel (2005, p. 662) temos a seguinte colocação:

Ora, o centro dinâmico engendra movimentos periódicos ou cíclicos que, do nosso ponto de vista, assumem a forma de fluxos e refluxos, que de perto nos interessam, porque condicionam e regulam a amplitude e as condições do nosso comércio exterior.

Interessa-nos aqui verificar as mudanças dentro da teoria econômica, que de certa forma passaram a buscar a legitimação da atuação do Estado na economia.

De Fato, as crises econômicas ocorridas no segundo quartel do século XX abalaram profundamente o sistema econômico e social, desestruturando as bases da Teoria Econômica Libera² de auto-regulação do mercado, sob a qual estava alicerçado o capitalismo. Nessa conjuntura,

¹ Para um aprofundamento dessa temática, consultar RANGEL, Inácio. *A história da dualidade brasileira*. In: _____. **Obras reunidas**. Rio e Janeiro: Contraponto, 2005. v. 2, p. 655-712.

² Também conhecida como Escola Clássica, denominação dada por Marx para designar Ricardo, Mill e seus predecessores. Essa vertente colocou-se novamente de forma hegemônica somente a partir dos anos de 1970, sendo que pós-1990 firmou-se de forma altamente hegemônica.

a crise de 1930 mostrou a ineficiência da mão invisível smithiana, um dos principais argumentos de sustentação desse modelo.

Cabe aqui ressaltar a posição dos teóricos da vertente Liberal, de que a economia tende ao equilíbrio no longo prazo, não necessitando da intervenção do Estado, esse por sua vez, teria apenas o papel de regulador da economia, como também, a aceitação da “Lei de Say-Mill”, o princípio básico dessa lei é o de que tudo o que é ofertado pelas firmas será consumido pelas famílias, não havendo crises de subconsumo ou superprodução.

Pautados nesses princípios, como também nas idéias ricardianas de vantagens comparativas, esses teóricos apontavam as vantagens de um comércio internacional, em que cada nação deveria especializar-se na produção de bens intensivos no fator de produção abundante.

Todavia, com o aprofundamento das crises, de 1930, o modelo teórico de sustentação do capitalismo, necessitava de reformas em sua estrutura, principalmente na definição dos papéis que cada um dos agentes desse sistema iria assumir.

Couberam então as teorias keynesianas fornecer o aparato teórico de reestruturação do capitalismo, aparato esse que legitimou a atuação do Estado como agente econômico. A teoria apresentada por Keynes (1996) teve como base à crítica aos conceitos da teoria clássica, vigentes até aquele momento. A principal divergência apresentada seria a idéia de que a economia tende ao equilíbrio.

Em função disso, Keynes (1996), aponta que as crises seriam decorrentes da falta de demanda efetiva, ou seja, ao produzir, as firmas remuneram as famílias, essas por sua vez consomem, todavia, não na mesma proporção de sua renda, provocando o que se denominou de falta de demanda efetiva, essa por sua vez provocaria uma redução dos investimentos, dessa forma o ciclo virtuoso descrito pela Lei de Say não ocorreria.

Nessa perspectiva, justificou-se a atuação do Estado seja por meio de políticas fiscais e/ou monetárias, como também através de investimentos diretos na economia, provocando alterações nas expectativas dos agentes econômicos.

Esse ideário passou a fazer parte das corrente teóricas surgidas na periferia, diga-se, no ideário cepalino³, como pode ser observado nas palavras de Prebisch (2000):

³ CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Instituição criada em 1948 sob o comando da ONU – Organização Nações Unidas.

A idéia, ainda não extinta, de que este [o desenvolvimento] funciona espontaneamente, sem um esforço racional e deliberado para ser conseguido, provou ser uma ilusão, tanto na América Latina quanto no resto da periferia mundial.

Focamos nessa citação para apontar a introdução entre os teóricos da periferia, das ideias legitimadoras de intervenção do Estado na economia. Bielschowsky (2000, p. 25), por sua vez ressalta que:

A teorização cepalina iria cumprir esse papel [de legitimar a atuação do Estado] na América Latina. Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira “ideológica” da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento.

A teorização cepalina colocou-se como o contraponto a Teoria Liberal, que havia orientado as economias dos países periféricos em relação ao capitalismo industrial. Particularmente o Brasil orientou-se pela ideologia liberal desde as aberturas dos portos em 1808, até aproximadamente 1930, período que se denominou Modelo Primário – Exportador, como bem demonstrou Pereira (1985), a abertura dos portos significou a inserção do Brasil na economia industrial, não de forma industrializada, mas sim como exportador de bens primários.

Para o autor, a crise de 1930 resultaria em um marco no Brasil, deu-se nesse ano o início da Revolução Nacional Brasileira, efetiva-se o surgimento de duas novas classes, a burguesia industrial e o proletariado urbano, nessa nova configuração o Estado abandonaria sua atitude passiva, leia-se com menor atuação, pois como já se afirmou não existe Estado mínimo.

Nesse contexto firmou-se as bases teóricas para o desenvolvimentismo, atuação do Estado na economia não apenas como regulador da economia e administrador da coisa pública, mas como agente direto na produção, como também no planejamento das atividades econômicas e nos modelos de ocupação espacial nacional.

Nas palavras de Harvey (2005, p. 145) “Do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada”. Contudo,

com a superação desses obstáculos por intermédio da produção do que Santos (1997), chamou de “sistemas de fixos e fluxos”, cria-se sempre oportunidades para novos investimentos ao capital ocioso. Daí então, a importância do planejamento para a organização espacial e superação do espaço, mas principalmente para criar novas oportunidades para o capital ocioso pela falta de demanda efetiva.

Ressalta-se o papel da modernidade nesse processo de instituição do planejamento em todos os setores da sociedade, pois nos ditames da modernidade inexistia o espaço do improvisado. A “ditadura” da racionalidade manifesta-se no planejamento. Coaduna-se com essas reflexões Hissa (2002, p.135) quando ressalta que:

A racionalidade sugere que a segurança, aparentemente uma manifestação do preparo, esteja condicionado à elaboração de planos [...] o improvisado, no desempenho de qualquer uma dessas atividades [do cientista, do técnico do pesquisador do professor] é convencionalmente entendido como um “desvio da racionalidade” : não pode haver improvisado [...] quando se programa antecipadamente.

A técnica do planejamento assumiu funções importantes para o capital, ao determinar onde, quando, quanto e quais serão os investimentos públicos aplicados na busca de uma racionalização dos desequilíbrios inerentes do próprio processo de acumulação capitalista. Tais investimentos podem assumir as formas de investimentos diretos em estruturas físicas e/ou leis de incentivos fiscais.

O desequilíbrio seria uma situação patológica, demandando uma intervenção racional, técnica, especializada na ótica da economia. As políticas regionais seriam, portanto, equivalentes à adoções de estratégias de ampliação das fronteiras do progresso e da modernidade. (HISSA, 2002, p. 234).

Pelo exposto até então, como parte da modernidade, o planejamento engendrou um movimento de racionalização dos atos humanos. Na ocupação econômica dos espaços o planejamento ocupou-se de ditar a ordem do dia, planejamento público, medida racional e modernizadora da ocupação.

No Brasil, a idéia de planejamento governamental como fomentador do desenvolvimento passa a emergir no período pós-1930, com a consolidação do Estado Novo, porém, é a partir de 1956 com o Plano de Metas, 1956-1961, que o conceito de desenvolvimento, agora compreendido em todos os sentidos como planejamento público, passa a atuar de forma mais intensa no cenário nacional.

Pós os anos de 1960, as propostas de desenvolvimento via planejamento regional estiveram por um longo período associada a um viés autoritário comprometido com as forças políticas locais regionais (ARAÚJO, 1993 *apud* EGLER 2004.).

O planejamento regional apresentou-se principalmente para o Brasil, a partir dos anos de 1960 como instrumentos de realização do capital, ou seja, a (re)produção do capital pautou-se nas políticas de (re) produção do espaço.

É importante ressaltar que o planejamento regional sustentou-se nas novas teorias regionais, com ênfase nos fatores de aglomeração de inspiração marshalliana, schumpeteriana e keynesiana, como concorrência as teorias consolidadas no ideário liberal.

ESTABELECIMENTO DAS PRIMEIRAS ATIVIDADES E CENTROS URBANOS

Historicamente o território do atual Mato Grosso do Sul⁴ pode ser definido como um espaço geográfico de economia tipicamente agrário. Portanto, sua ocupação econômica ocorreu de modo que é possível identificar algumas fases específicas, como também é possível relacioná-las às políticas públicas.

Sendo assim, destaca-se o processo de reabertura da navegação na Baía do Prata após a Guerra do Paraguai (1864-1870), que proporcionou a este território um significativo ciclo de crescimento. Como exemplo dessa etapa, cita-se a transformação do município de Corumbá em um importante porto comercial com a função de conectar a região tanto aos mercados platinos como à Capital da Província - Rio de Janeiro (LE BOURLEGAT, 2000).

⁴ Unidade da Federação criada em 1977, a partir do desmembramento político-administrativo do antigo Estado de Mato Grosso.

Destarte, Corumbá tornou-se um importante centro comercial, distribuidor de mercadorias oriundas tanto dos mercados platinos como do Rio de Janeiro. A comercialização era extensiva a produtos como a erva-mate e excedentes da pecuária, cujo rebanho era criado nas pastagens naturais de Campos de Vacaria, Mata de Dourados e Pantanal.

A mudança, em 1907, no trajeto da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, cujo traçado original era Bauru/Cuiabá, para o de Bauru/Corumbá, concluída em 1914, permitindo a ligação ferroviária com o Sudeste, além de impulsionar o crescimento da cidade de Campo Grande (QUEIROZ, 2005). Entretanto, essas atividades econômicas foram insuficientes para permitir que a participação do território sul-mato-grossense na economia nacional fosse significativa.

Tal condição sofreria alterações a partir de 1950. Na medida em que São Paulo foi se tornando o centro dinâmico da economia nacional, as demais regiões brasileiras foram se articulando com este centro. Essa relação foi extensiva ao território de Mato Grosso do Sul que pressupôs a deterioração das relações comerciais até então vigentes com os países platinos em benefício da sua (re)configuração enquanto “extensão” da região Sudeste.

A releitura dos fatos evidenciou a importância dos eixos de comunicação nesse processo de redirecionamento da economia sul-mato-grossense como também, a importância da localização dos principais centros urbanos em relação a esses eixos de comunicação para o seu crescimento. A variável distância, assim como disponibilidade de fatores de produção, mostrou-se importantes para o entendimento da alocação pioneira das atividades econômicas no Mato Grosso do Sul.

Na medida em que o processo de substituição de importação⁵ se intensificou, promovendo diversas transformações na economia brasileira, o então sul do Mato Grosso assumiu a função primário-exportadora na divisão territorial do trabalho, em um primeiro momento como consequência das suas vantagens comparativas e, posteriormente como resultado do direcionamento do planejamento público brasileiro que potencializou tal função.

A atuação do Estado em território sul-mato-grossense se materializou por meio da SUDECO (ABREU, 2001). As ações estavam

⁵ Para um aprofundamento dessa temática, consultar: TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 1975. Tese (Livre Docência) || Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1975.

objetivamente promovendo e intensificando a tecnificação do campo cuja lógica e motivações resultaram em ausência de políticas específicas para a pequena propriedade. Como resultado tem-se o significativo aumento do processo de êxodo rural em direção aos municípios de Campo Grande e Dourados.

PÓLOS DE CRESCIMENTO E A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

Em resposta aos planos e políticas adotadas pelo Governo Federal, o território sul-mato-grossense conheceu um acentuado aumento da área destinada ao cultivo agrícola. Áreas antes consideradas impróprias para a ocupação nos moldes capitalistas de produção, quando atingidas pela ação dos programas, são transformadas em áreas produtivas.

As pesquisas e conseqüentes avanços científicos realizados principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) possibilitaram o uso de novas áreas, antes consideradas impróprias para atividade agrícola, como o cerrado, para a plantação de lavouras (leia-se soja).

Em áreas específicas, como da Grande Dourados⁶, seguindo os objetivos do PRODEGRAN (Programa de desenvolvimento da Região da Grande Dourados), incentivou-se a adoção do sistema de monocultura, principalmente da soja, em detrimento ao modelo de subsistência. A condição topográfica com relevos planos desse terreno é maximizada pela mecanização das atividades.

Portanto, os conhecimentos agrônômicos e de biotecnologia somados às políticas de crédito e investimentos em infra-estrutura definiram os setores e espaços que se desenvolveriam nos moldes vigentes. Entre o fim da década de 1970 e início de 1980, o problema inicial de escassez de terras agricultáveis na região foi solucionado de duas formas. Por parte do Governo Federal, houve a ampliação da infra-estrutura via investimentos públicos, e por parte da iniciativa privada, houve a absorção tecnológica através do acesso a linhas de crédito específicas.

⁶ Do interior do PRODEGRAN 22 municípios: Amambai, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracajú, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brillhante e Sidrolândia.

Logo, a utilização dos cerrados do Centro-Oeste ocorreu de forma intensiva em capital objetivando o aumento da produção de grãos (LE BOURLEGAT, 2000).

O comportamento da área cultivada de soja está expresso no Gráfico 1 no qual, os dados indicam a significativa evolução da área dedicada a essa cultura. Assim, até aproximadamente final dos anos de 1980, o Mato Grosso do Sul era no contexto da divisão territorial do trabalho, importante agro-exportador e com alto poder de competitividade (OLIVEIRA, 2003).

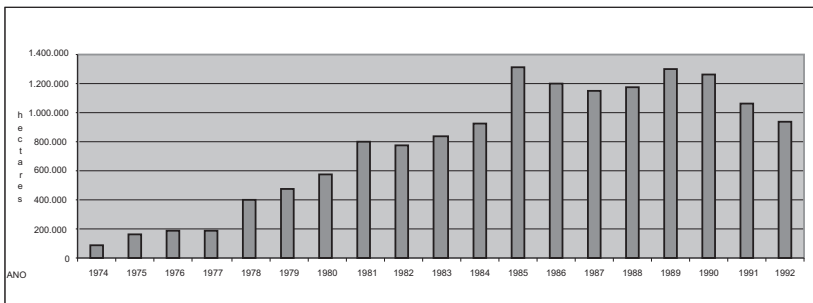


Gráfico 1: Evolução da Área Plantada de Soja em hectares 1974 - 1992

Fonte: Adaptado de OLIVEIRA (2003, p. 143).

Obviamente, essas mudanças tiveram implicações significativas na outra atividade desempenhada nesse espaço, a pecuária. A expansão do cultivo de grãos exigiu que a adoção de métodos mais “racionais” do ponto de vista da produção, e intensivos em capital fossem também adotada na pecuária. Isso se traduziu em melhoramentos genéticos no rebanho e substituição de áreas de pastos naturais por pastos plantados.

Conforme mostra os dados da Tabela 1, entre 1980 e 1985 houve uma variação relativa de apenas 2,19 % na área total de pastagens. Todavia, conforme dados apresentados por Oliveira (2003), o rebanho que em 1980 era de 7,449 milhões, passou para 14,991 milhões de cabeças em 1985, uma variação de 101,24 (%), ou seja, um grande aumento do rebanho.

Tabela 1: Evolução das Pastagens (1980 – 1996)

Ano	Área de Pasto Natural (há)	Δ relativa área Pasto Natural	Área de Pasto Plantado (há)	Δ relativa área pasto plantado	área total	Δ relativa área total
1980	12.265.976	-	9.068.902	-	21.334.878	-
1985	9.658.194	-21,26	12.144.497	33,91	21.802.670	2,19
1996	6.082.778	-37,02	15.727.930	29,51	21.810.671	0,037

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário/IBGE- 1980/85/96 *apud* Secretaria de Planejamento e de Tecnologia e Ciência de Mato Grosso do Sul. (SEPLANCT/MS, 2003).

A chamada “Revolução Verde⁷” e sua absorção em território sul-mato-grossense resultou na mecanização do campo e conseqüente redução na demanda por mão-de-obra pela atividade agropecuária.

Essa situação aliada à valorização do fator terra acabou por apresentar resultados excludentes para os pequenos produtores e gerou um agravante acerca da questão fundiária uma vez que a capacidade de absorção de pacote tecnológico impôs-se como condição *sine qua non* para a viabilidade da atividade primário-exportadora.

Dinâmica, que intensificou o processo de êxodo rural no território e promoveu a aceleração da urbanização em detrimento da ocupação rural. A participação da população rural no total da população sul-mato-grossense caiu em 74,78 % entre os anos de 1950 e 2000, conforme indicam os dados do Gráfico 2.

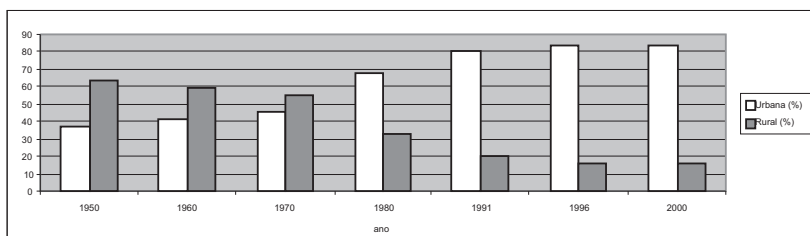


Gráfico 2: Relação População Rural e Urbana (%), 1950-2000.

Fonte: Adaptado de Censo Demográfico-IBGE *apud* SEPLANCT (2003).

⁷ Para um aprofundamento dessa temática, consultar: BRUM, A. J. **Modernização da agricultura** - trigo e soja. São Paulo: Vozes, 1988.

O que se verifica não é apenas o aumento da população urbana que poderia ser resultado apenas da migração de pessoas de outras Unidades da Federação, mas sim, conforme os dados da Tabela 2, um crescimento urbano acompanhado de um decréscimo da população rural entre os anos de 1970 e 2000.

Tabela 2: Taxa de Geométrica de Crescimento da População Residente no MS (1970-2000)

Situação do Domicílio	População					Taxa de Crescimento (%)			
	1970	1980	1991	1996	2000	1970/80	1980/91	1991/99	1991/00
Rural	546.087	450.444	365.926	323.516	330.895	-1,91	-1,87	-2,43	-1,11
Urbana	452.117	919.123	1.414.447	1.604.318	1.747.106	7,35	4,00	2,55	2,37
Total	998.204	1.369.567	1.780.373	1.927.834	2.078.001	3,21	2,41	1,60	1,73

Fonte: Adaptado de Censo Demográfico-IBGE *apud* SEPLANCT (2003).

A motivação industrializante registrada em Mato Grosso do Sul a partir da segunda metade dos anos de 1980 estava pautada na agroindústria e constituía-se em concordância ao comportamento da indústria nacional e da demanda internacional, além de significar a mudança do perfil agrário-exportador de Mato Grosso do Sul. Segundo Oliveira (2003) a agroindústria será estimulada tanto pelos incentivos fiscais do Governo Estadual como pelas linhas de financiamentos específicas para a atividade, principalmente para a instalação de unidades de beneficiamento de soja.

Ainda conforme aponta Oliveira (2003) a fonte dos recursos da fase inicial desse processo de industrialização originava-se na chamada poupança interna, ou seja, era oriunda dos próprios residentes, não estando, nesse primeiro momento, vinculado aos interesses de empresas multinacionais que a partir dos anos de 1990 serão significativos.

É, portanto, resultado da necessidade de reprodução do capital acumulado nas mãos dos comerciantes da região, seguindo a lógica da reprodução do capitalismo.

Os efeitos em cadeia da agroindústria são extensivos às atividades complementares de natureza comercial e de prestação de serviços já que a forma de produção e industrialização da soja é caracteristicamente capitalista. O modo capitalista pressupõe a especialização e, portanto, a divisão social do trabalho que, por sua vez, proporciona o aumento do comércio e prestação de serviços como pode ser verificado no Gráfico 3.

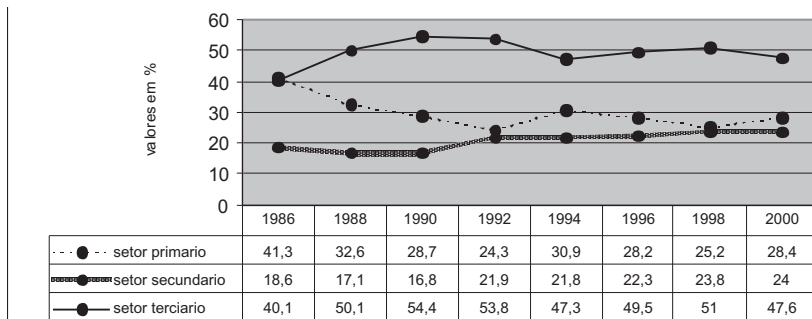


Gráfico 3: Participação dos Setores na Composição do PIB do MS, 1986-2000.

Fonte: Adaptado da Secretaria de Planejamento e de Tecnologia e Ciência / Mato Grosso do Sul (SEPLANCT/MS), 2003.

Apesar de ser o setor com menor porcentagem na formação do PIB no Mato Grosso do Sul, a atividade industrial apresentou a maior taxa de crescimento, uma variação relativa de 29,03% entre os anos de 1986 e 2000. O terciário apresentou uma variação relativa de 18,7% no mesmo período.

Já o primário que ocupava em 1986, o primeiro lugar mantém-se em segundo lugar na composição do PIB, apresentou para este período uma variação relativa negativa de 31,23%. Isso evidencia um aumento significativo da participação da indústria no PIB de Mato Grosso do Sul entre os anos de 1986 a 2000. Em caráter de exemplo, a primeira lei de incentivos fiscais foi promulgada em 1984, demonstrando uma preocupação governamental em “transformar os frutos dessa terra”.

Os anos da década de 1980 também registraram a atração de novas atividades para o Mato Grosso do Sul com algumas implicações com relação ao fator trabalho. O lançamento do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) em 1983 incentivou em Mato Grosso do Sul o aumento das usinas de produção de álcool, o que demandou a imigração de mão-de-obra temporária (bóias-frias) para esta Unidade da Federação. Já a indústria frigorífica foi implantada com uma alta relação capital/trabalho e isso significou menores problemas com a oferta de trabalho (OLIVEIRA, 2003).

Do ponto de vista dos custos de transporte, a aproximação das unidades de abates junto às áreas de criação e vias de escoamento diminui

tais custos que aliados principalmente aos incentivos fiscais reforçaram a entrada da atividade frigorífica, principalmente, nas microrregiões geográficas de Campo Grande, Dourados e Iguatemi. Posteriormente, avançaram para outras microrregiões geográficas.

Desta forma, o processo de desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul ocorreu dentro de um contexto de “racionalidade capitalista” contando com amplo investimento federal em infra-estrutura. A lógica desse modelo econômico permitiu que o território se especializasse na condição de exportador de produtos derivados do binômio carne-soja e importador de bens de produção, além de compor um significativo mercado consumidor para os produtos industrializados em outros locais.

Como resultado desse processo e em resposta à necessidade de reprodução do capital e da lógica de desconcentração industrial, nas últimas duas décadas tem-se um relevante aumento do papel da agroindústria na economia sul-mato-grossense. Logo, o setor secundário tem comportamento ascendente e está relacionado diretamente ao setor primário por meio das esmagadoras de soja, dos frigoríficos e das atividades de exploração mineral.

Do ponto de vista locacional, os distritos industriais instalados em Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, foram pensados como instrumento de desenvolvimento regional e estrategicamente planejados para estarem a frente do processo de definição de Mato Grosso do Sul como área agroindustrial na divisão territorial do trabalho já que essas cidades eram as principais receptoras dos investimentos públicos (SOUZA, 2003). São as cidades pólos.

O pressuposto é de que a partir delas, o desenvolvimento se espalharia para as outras áreas - ou seja, para as regiões polarizadas (PERROUX, 1967).

CRESCIMENTO CONCENTRADO: DESDOBRAMENTOS DAS POLÍTICAS DE POLARIZAÇÃO NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SUL-MATO-GROSSENSE

Ao considerarmos que as primeiras atividades econômicas praticadas no território sul-mato-grossense estavam relacionadas com a pecuária e com a exploração da erva-mate e que as mesmas ocorreram em aproveitamento de recursos naturais disponíveis, é possível concluir que, obedecendo aos princípios das vantagens comparativas de Ricardo

(1996), esse território passou a especializar-se na produção primária para exportação.

Segundo Queiroz (2005) tanto a navegação pelos rios da Bacia da Prata como a construção da ferrovia no início do século XX foram de extrema importância para o desenvolvimento econômico dessa porção territorial e possibilitaram o surgimento de centros comerciais e urbanos estrategicamente localizados, como foi o caso de Corumbá (às margens do Rio Paraguai) e mais tarde, o surgimento de Campo Grande nas proximidades da estrada de ferro Noroeste do Brasil.

A influência exercida pelo Sudeste sobre o interior do Brasil, não pode ser desconsiderada, principalmente após implantação do Estado novo (1977), já no contexto de integração do mercado nacional. Neste processo, tem-se criação de Territórios Federais, Colônias Agrícolas e construção de infra-estrutura básica (ferrovias e telégrafos) para interligação do território nacional (LE BOURLEGAT, 2000). Foram os casos, por exemplo, do Território Federal de Ponta Porã e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Desta forma, a disponibilidade em maior ou menor grau de fatores produtivos (recursos naturais, capital e trabalho) em Mato Grosso do Sul e a distância do mercado consumidor (Sudeste brasileiro) estimularam a alocação das primeiras atividades econômicas nesse espaço geográfico.

Conforme apresentado por Clemente (1994), a importância atribuída por Von Thünen⁸ aos custos de transportes no estabelecimento do tipo de atividades executada em determinado território contribuiu no entendimento da alocação social e produtiva desse território.

Pois, se por um lado, estas atividades buscaram aproveitar os recursos disponíveis, principalmente do fator terra, por outro, a redução dos custos de transporte apresentou-se como essencial para essas atividades, tanto pela liberação da navegação pela Bacia da Prata, como pela construção da ferrovia e alguns anos mais tarde, as rodovias. Desta forma, a construção dos eixos de comunicação foi essencial para o estabelecimento de Mato Grosso do Sul na divisão territorial do trabalho.

⁸ Os “Anéis de Thünen”, teorizada por Von Thünen *apud* Clemente (1994), no qual se determinou que regiões agrícolas com a mesma disponibilidade de fatores teriam desenvolvimento diferente em função dos custos com transporte, que acabaria por determinar o tipo de produção em cada uma delas.

Nos termos de Christaller⁹ (*apud* CAVALCANTE, 1994), a importância da localização no desenvolvimento regional determina “hierarquia” entre os centros urbanos. Essa concepção explicaria a distribuição espacial das cidades em Mato Grosso do Sul, tendo Campo Grande como ponto focal ou o centro dinâmico de um espaço composto por diversas cidades em diferentes níveis de dependência do centro.

Conforme constatado por Souza (2003), a distribuição geográfica dos cinco municípios¹⁰ mais populosos, de Mato Grosso do Sul, evidencia certa eqüidistância entre eles. Principalmente antes do início do processo de agroindustrialização, esses municípios especializaram-se na prestação de serviços e nas atividades comerciais, assim a importância de cada um estaria determinada pelo lado da demanda de produtos e serviços, estabelecendo, desta forma, o grau de dependência de cada município entre si e em relação a Campo Grande, sendo que a capital sul-mato-grossense está na condição de dependência de outros centros maiores do Sudeste.

É inegável que o processo de interiorização da indústria, conforme aponta a teoria locacional, buscou a redução dos custos com transporte, como também a abundância do fator trabalho, disponível em algumas das cidades diante do êxodo rural ocorrido.

Todavia, deve-se levar em consideração a atuação do Governo Federal na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento por meio da definição e implantação de “pólos de desenvolvimento”, como forma de estimular a indústria no interior do País, e conseqüentemente reduzir as desigualdades regionais existentes. Tendo por hipótese inicial que a implantação dos “pólos de desenvolvimento” teriam sido responsável pela elevação da concentração da população sul-mato-grossense justificase o estudar essa relação para o entendimento da reprodução do espaço em Mato Grosso do Sul.

Conforme Abreu (2001), as cidades pólos estabelecidas pela SUDECO foram: Três Lagoas, Campo Grande, Dourados e Corumbá, no atual Mato Grosso do Sul. Além dessas quatro, no então Mato Grosso

⁹ Os “Lugares Centrais de Christaller” formalizada por Christaller *apud* Clemente (1994). Essa abordagem procura entender as leis que determinam o tamanho e a distribuição das cidades, estabelecendo uma hierarquia entre elas. Conclui-se que, dado a necessidade de um nível mínimo de demanda, a produção de bens e serviços nas cidades resultaria de uma escala de produção que alcançasse um ponto ótimo, representado por uma demanda dividida num espaço homogêneo. O que levaria a formação de arranjos de cidades organizadas de forma hierárquica.

¹⁰ Os municípios são: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã.

uno, as cidades de Cuiabá, Barra das Garças, Cárceres e Rondonópolis, também foram elevadas à condição de pólo, portanto, áreas prioritárias para receber investimentos governamentais.

Nessas cidades, elevadas à condição de pólos de desenvolvimento, o governo priorizou os investimentos com o pressuposto de que a partir de seu crescimento as áreas em seu entorno seriam atingidas. As políticas implementadas para esses pólos iam desde a oferta de infraestrutura econômica, implantação de distritos industriais e criação de legislação de incentivos fiscais a financiamentos subsidiados.

Discutindo sobre a questão do crescimento concentrado, Hattner (1978, p.08-09) apresenta a seguinte colocação:

[...] os modelos espaciais de crescimento econômico em países subdesenvolvidos têm sido caracterizados, geralmente, por uma concentração de população e de recursos econômicos em uma cidade grande... ou um em pequeno número de centros urbanos ou metropolitanos. Contrariamente às assunções teóricas da teoria econômica clássica, as disparidades assim criadas não são reduzidas [...], mas tendem a crescer e a reforçar-se, aumentando os desequilíbrios e exacerbando tensões e conflitos políticos.

Conforme apresenta Alonso (1989), a questão da regionalização ou da forma como o território nacional pode ser subdividido em regiões é um requisito essencial para o estudo de fenômenos econômicos regionais. Todavia, essa questão pode ser resolvida quando se decide qual será o enfoque da pesquisa. Se o interesse é apresentar evidências empíricas, não se tem outra opção senão dividir o espaço em regiões administrativas.

Para uma análise mais específica, apresentam-se de forma preliminar, alguns indicadores segundo a divisão em microrregiões geográfica que serão trabalhados na tentativa de medir a concentração dos fatores de produção em Mato Grosso do Sul.

Conforme destaca Nasser apud Guimarães, (1997) existem algumas dificuldades em se obter dados regionais para uma pesquisa empírica, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, evidenciando as dificuldades para a realização da investigação empírica¹¹. Com

¹¹ São as principais: Inexistência de informação e alto custo para obtê-las; informações disformes com rupturas nas Séries; e Nível de agregação inadequado das informações e restrições a confiabilidade das mesmas.

relação à essa proposta de anteprojeto, tem-se as principais restrições de dados os períodos mais remotos, particularmente os que antecedem o ano de 1950. De 1950 até a atualidade, pode-se com certa facilidade coletar dados da região como um todo, então disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Conforme Buscioli (2006), dado a inexistência de dados sobre o PIB por microrregiões em Mato Grosso do Sul no período que antecede o ano de 1970, uma das formas possíveis de se medir o movimento de concentração seria a análise da concentração da população nas microrregiões geográficas.

Dados disponíveis para os anos de 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, período para o qual foi aplicado o índice de Hirschman–Herfindahl (HH) para medir o grau de concentração da população. Este índice consiste basicamente na somatória do quadrado da participação de cada integrante do conjunto. Assumirá um valor mínimo, ou ideal, quando todos os integrantes apresentarem a mesma participação no total e um valor máximo quando houver apenas um integrante concentrando (KUPFER e HASENCLEVER, 2002).

Considerando um sistema com quatro integrantes, se cada integrante corresponder a 25% do total o valor mínimo será: $HH1 = 25^2 + 25^2 + 25^2 + 25^2 = 2500$. Logo, qualquer variação na participação percentual dos integrantes representará algum grau de concentração, como pode ser visto: $HH2 = 45^2 + 25^2 + 20^2 + 10^2 = 3150$. A análise estará baseada em três passos; primeiro encontrar um HH ideal (HHI) para a região, em seguida o HH observado (HHO), e assim analisar a evolução da diferença entre o observado e o ideal HH Observado, índice encontrado a partir da aplicação do HH á valores verificado da participação percentual de cada microrregião geográfica no total da população de Mato Grosso do Sul, enquanto o HH ideal será um valor para o qual cada microrregião geográfica teria o mesmo percentual da população, não haveria então concentração da população por microrregião geográfica. Os dados estão apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Concentração da População nas Microrregiões: Diferença entre o HH observado e o HH ideal para cada região (1970/80/91/96/2000)

Ano	1970	1980	1991	1996	2000
HH observado	1.383,7706	1.543,58296	1.753,8104	1820,7976	1864,7332
HH ideal	909,091	909,091	909,091	909,091	909,091
Diferença entre o ideal e observado	474,6800	634,4390	844,7198	911,7070	955,6426
Varição relativa (%)	-	33,6561	24,8936	7,9301	4,8190

Fonte: Buscioli, 2006.

Pode-se constatar que a diferença entre o HH ideal para Mato Grosso do Sul, valor em que todas as microrregiões, hipoteticamente, teriam igual participação no total da população, e o observado a partir dos dados, aumentou entre os anos de 1970 e 2000. Entre os anos de 1970 e 1980 foi observada a maior variação relativa da concentração, 33,6561(%).

O distanciamento entre o HH calculado e HH ideal persistiu na década seguinte, no entanto, a variação relativa apresentou uma queda, mostrando que o processo de concentração da população vem perdendo força nos últimas décadas.

Uma análise mais aprofundada dos dados mostra que a microrregião geográfica responsável por esse aumento na concentração foi à Microrregião de Campo Grande, que em todos os períodos analisados apresentou aumento do HH observado contra uma queda no índice das outras microrregiões.

Buscioli (2006) aplicou o HH, para dados dos municípios sul-mato-grossenses no período de 1991 e 2000. O HH observado para o ano de 1991 foi 1029,526 contra um HH ideal de 129,8701, ou seja, 988,6564 pontos acima do ideal; em 2000 o HH observado foi de 1173,224 pontos, sendo 1043,353 pontos acima do ideal, mostrando que a concentração do população teve uma variação relativa de 15,97 pontos percentuais.

Todavia, é importante analisar quais foram os principais municípios a receberem esse contingente populacional e aqueles que apresentaram variações negativas. A Tabela 4 mostra que dos cinco municípios com maior expressão na participação da população sul-mato-grossense, apenas Campo Grande, Dourados e Ponta Porã apresentaram aumento da concentração no período analisado.

Tabela 4: HH nos cinco municípios com maior população (1991- 2000)

HH por municípios		
Ano	1991	2000
Campo Grande	873,2881	1019,879
Dourados	58,3383	63,0098
Corumbá	24,6599	21,21
Três Lagoas	14,6576	14,4748
Ponta Porã	8,1742	8,5935

Fonte: Buscioli (2006 p. 47).

Todavia, Campo Grande registrou maior índice de concentração, Dourados apresentou significativa variação. Três Lagoas e Ponta Porã mantiveram-se praticamente estável, enquanto Corumbá segue um ritmo de queda na participação. Ademais, conforme Buscioli (2006, p. 47), a grande maioria dos municípios de menor expressão populacional apresentaram queda na participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto até então, fica evidente a existência de algumas poucas cidades com capacidade de concentrar, e as demais não conseguem manter sua parcela de participação no total da população estadual. Portanto, registra-se a existência de algumas cidades com taxas de crescimento muito acima das demais.

Como princípio e preliminarmente acredita-se que o processo de crescimento econômico ocorre em lugares e tempo diferentes. Como hipótese assumiu-se que a população tende a se concentrar onde há maiores expectativas quanto ao emprego, ou seja, a população migra para as áreas em que a oferta de emprego seja maiores, e conseqüentemente as cidades com menores expectativas tendem a ter seu quadro populacional reduzido. Logo, assumindo essa hipótese pode-se dizer que as regiões que receberam maior fluxo de população apresentaram a maior concentração do fator de produção trabalho.

Nesse sentido, em âmbito nacional o uso dessas ferramentas proporcionou uma rápida queda da concentração produtiva entre as cinco

grandes regiões do País (SIQUEIRA e FILHO, 2001). Contudo, no interior de Mato Grosso do Sul os efeitos da concentração foram predominantes.

Ao se analisar as conclusões de Perroux (1967), quanto aos Pólos de Crescimento, pode-se concluir que a polarização técnica¹² ocorrida no Mato Grosso do Sul contribuiu no crescimento da produtividade em setores tradicionais, como também para o aumento da participação estadual na composição do PIB nacional. O crescimento do PIB ao gerar maior arrecadação de impostos poderia servir como ferramenta na medida em que os governos podem realizar investimentos nas demais áreas.

Hirschman (*apud* SOUZA, 1997) apresenta dois conceitos que permitem compreender o crescimento desigual ou em pontos isolados, são eles: Efeitos para trás¹³ e os Efeitos para frente¹⁴. Esses efeitos são verificados quando observamos a agregação de valores na produção. Em Mato Grosso do Sul um exemplo de “Efeito para Trás” pode ser o da instalação de esmagadoras de soja, pois o preço da soja é dado pela cotação internacional, logo quando este produto é exportado na forma in natura é o produtor quem paga o transporte até os portos, o aumento da demanda local por parte da esmagadora representa custos menores, consequentemente maiores lucros para produtores das áreas próximas à esmagadora.

Como também, a instalação de empresas que atendam a demanda por insumos em sua proximidade, reduzindo os custos destes. Entendendo que para a instalação dessas empresas, seja as que apresentam “efeitos para frente” ou “para trás” é necessário à existência de economias de escalas.

Sob a luz da análise de Myrdal (*apud* SOUZA, 1993), a desigualdade intra-regional é visto como inerente ao processo capitalista (princípios da causação circular acumulativa). Um pólo urbano-industrial pode provocar efeitos propulsores sobre toda a região polarizada, todavia os feitos regressivos são maiores, daí o fato de afastar-se do estado de equilíbrio. Para este autor as migrações não seriam apenas efeito da desigualdade intra-regional, mas também variável importante no entendimento desta, dado a ocorrência do processo seletivo de migração.

¹² Difusão dos métodos de produção mais racionais utilizados nas regiões pólos pelas demais regiões, sejam por meio do fornecimento de insumos e/ou realizações de pesquisas etc.

¹³ Quando uma unidade econômica ao se instalar em uma região aumenta a demanda por insumos.

¹⁴ Quando as unidades econômicas atendem a demanda por insumos, ou seja vendem insumos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. **Planejamento governamental**: a Sudeco no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2001.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL uma resenha. In: _____. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 452-488.
- BUSCIOLI, R. R. **Desenvolvimento regional na região do atual Mato Grosso do Sul, 1950-2000**: articulações comerciais, crescimento e concentração. 2006. Monografia (Bacharel em Economia) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2006.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. **Produção teórica em economia regional**: uma proposta de sistematização. Salvador: NPGA, UFBA. Disponível em: <<http://www.desenbahia.ba.gov.br>>. Acesso em: 4 ago. 2005.
- CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.
- EGLER, C. A. G. **Federalismo e gestão regional no Brasil**: limites e alcances das regiões integradas de desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.ufrj.com.br/>>. Acesso em: 19 set. 2005.
- GUIMARÃES, E. L.; LEME, H, J. **Centro-Oeste**: dinâmica recente e espacialidade em perspectiva. Disponível em: <<http://www.ufu.br>>. Acesso em: 9 set. 2005.
- HARVEY, D. A geografia do poder de classes. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005. p. 193-218.
- HATTNER, H. **Planejamento urbano e regional**. São Paulo: Nacional, 1978.
- HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mario R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultura, 1996.
- KURZ, R. **Os últimos combates**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço-temporais. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Unesp/FCT, Presidente Prudente, 2000.
- LEFEBVRE, H. Estado do crescimento e crescimento do Estado. Tradução de M. M. Andrade. In: _____. **De l'État, Tome I**. Paris: UGE. 1976. Col. 10-18, p. 1- 4. (mimeo).

MÉZAROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo César Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo/Editora da Unicamp, 2002.

OLIVEIRA, T. C. M. **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

PEREIRA, L. C. B. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, R. M. F. do A. **A gênese da formação social no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2008.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. 1970. In: _____. FAISSOL, S. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 98-110.

PREBISCH, R. Hacia una dinámica del desarrollo latino-americano (E/CN. 12/680). México-DF: Fondo de Cultura Económica, 1963: In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Tradução de V. Ribeiro. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 452-488

POULANTZAS, N. **Estado poder e socialismo**: São Paulo: Graal, 1990.

QUEIROZ, P. R. C. **Mato Grosso/Mato Grosso do Sul Divisionismo e Identidade**. 2005 (*não publicado*).

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In: _____. **Obras reunidas**. Rio e Janeiro: Contraponto, 2005. v. 2, p. 655-712.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 21-41.

_____. **A natureza do espaço: técnica razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEPLANCT MS. **Diagnóstico Sócio Econômico de Mato Grosso do Sul** – 2003. CD-ROM.

SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: USP, 2003.